

Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste¹

Otavio Valentim Balsadi²

Resumo: Este texto analisa importantes informações socioeconômicas sobre a agricultura familiar na Região Centro-Oeste no período 2001–2005, com especial destaque para o fenômeno da pluriatividade. Com base nas tabulações especiais dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), são abordados os seguintes temas: crescimento do número das famílias agrícolas e pluriativas da agricultura familiar; evolução do número médio de pessoas nessas famílias; evolução do número médio de pessoas ativas nessas famílias; e comportamento e composição da renda familiar dessas famílias. Os resultados obtidos reforçam a importância da agricultura familiar e da pluriatividade na região, evidenciando o fato de merecerem atenção das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: agricultura familiar, Centro-Oeste, famílias agrícolas, pluriatividade, políticas públicas.

Family farming and plural activity in the Central West Region of Brazil

Abstract: This text analyzes important socioeconomic information about family farming in the Central West Region of Brazil in the 2001–2005 period, particularly the phenomenon of plural activity. According to tabulated microdata of the National Household Sample Survey's (Pnad), the items approached were: growth in the number of agricultural and plural active families in family farming; evolution of the mean number of people in these families; evolution of the mean number of active people in these families; and evolution and composition of the familiar income of these families. The outcomes reinforce the importance of family farming and of plural activity in the region, underscoring the need for inclusion of these families in sustainable development public policies.

Keywords: family farming, Central West, agricultural families, plural activity, public policies.

Introdução

A importância da agricultura familiar no Brasil pode ser observada por meio da análise de algumas estatísticas básicas. Segundo o Novo

Retrato da Agricultura Familiar – o Brasil Redescoberto, que trabalhou os microdados do Censo Agropecuário 1995/1996, eram 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, representando 85,2 % dos estabelecimentos agropecuários do País. Esses

¹ O autor agradece a Ivan Sergio Freire de Sousa, Vicente Galileu Ferreira Guedes, Sérgio Schneider, Flávio Sacco dos Anjos, Sílvio Porto e a Rocilda Moreira, pelas críticas, sugestões e colaborações. A versão anterior do presente texto foi apresentada no VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, realizado em Fortaleza, CE, de 4 a 6 de setembro de 2007.

² Engenheiro agrônomo, doutor em Economia Aplicada, pesquisador da Embrapa. E-mail: otavio.balsadi@embrapa.br.

estabelecimentos familiares empregavam mais de 70 % da mão de obra, ocupavam 30,5 % da área total dos estabelecimentos agropecuários (cerca de 107,8 milhões de hectares) e responderam por 37,9 % do valor bruto da produção agropecuária brasileira.

No Centro-Oeste, a agricultura familiar era predominante só em termos de participação no número total de estabelecimentos (66,8 %, ou cerca de 162,1 mil estabelecimentos agropecuários). Com relação às participações na área total e no valor bruto da produção, elas foram de apenas 12,6 % e 16,3 %, respectivamente.

Quanto aos estados que integram a Região Centro-Oeste, o Novo Retrato da Agricultura Familiar mostrou os seguintes resultados:

Distrito Federal – No Distrito Federal, a agricultura familiar respondeu por apenas 25,8 % dos estabelecimentos agropecuários, 8,0 % da área total e 6,3 % do valor da produção.

Goiás – Em Goiás, a agricultura familiar foi responsável por 71,2 % dos estabelecimentos agropecuários, 25,2 % da área total e 22,5 % do valor da produção.

Mato Grosso – Em Mato Grosso, a agricultura familiar respondeu por 69,9 % dos estabelecimentos agropecuários, mas por apenas 9,4 % da área total e 13,6 % do valor da produção.

Mato Grosso do Sul – Em Mato Grosso do Sul, a agricultura familiar respondeu por 54,2 % dos estabelecimentos agropecuários, 6,7 % da área total e 12,0 % do valor da produção.

Ou seja, apesar de predominante no número de estabelecimentos, ainda era relativamente pequena a participação da agricultura familiar em termos de área e valor da produção, o que não deixa de ser uma questão relevante para os formuladores de políticas públicas para priorizar esse público de agricultores familiares com o

objetivo de ampliar sua participação tanto no mercado quanto no desenvolvimento regional.

Segundo vários estudos, a pluriatividade³ no interior das famílias deve ser fomentada porque promove melhoria substancial nas condições de vida⁴. De acordo com Schneider (2005), as políticas públicas devem incentivar o desenvolvimento da pluriatividade pelo fato de ela se apresentar como alternativa para solucionar um conjunto de problemas das populações urbanas e rurais, como:

- Elevar a renda familiar.
- Estabilizar a renda familiar e reduzir a sazonalidade dos ingressos.
- Diversificar as fontes de renda familiar.
- Contribuir para a geração de empregos agrícolas e não agrícolas.
- Gerar externalidades positivas, diversificar as economias locais e desenvolver os territórios rurais.
- Reduzir as migrações campo/cidade.
- Estimular mudanças nas relações de poder e de gênero no interior das famílias.
- Apoiar a multifuncionalidade do meio rural.

Segundo o autor, ao cumprir tais papéis, a pluriatividade também se constitui em importante instrumento de combate e erradicação da fome e da pobreza, principalmente nas áreas rurais.

Ao enfatizar a relevância da pluriatividade para promoção do desenvolvimento rural sustentável⁵, Schneider (2005, p. 18) diz que ela

poderia ser o elo de ligação entre as políticas agrícolas (crédito, assistência técnica, sanitárias e de abastecimento) e as políticas de desenvolvimento rural, tais como o beneficiamento e a transformação da produção (agregação de valor via agroindustrialização), a geração de empregos não agrícolas, a habitação rural, o turismo rural, o artesanato e a

³ Para uma discussão de cunho teórico e para um aprofundamento nas discussões sobre a evolução do conceito e do tema da pluriatividade no Brasil, que fogem ao escopo do presente trabalho, ver os importantes trabalhos de Schneider (2003), Anjos (2003), Anjos e Caldas (2006) e Carneiro (2006).

⁴ Ver, entre outros, os trabalhos de Kageyama e Hoffmann (2000), Nascimento (2005), Balsadi (2006) e Schneider et al. (2006).

⁵ Há algum tempo atrás, Silva (1999, p. 125) dizia que “infelizmente, o Brasil ainda não possui nenhum programa que estimule a pluriatividade no meio rural e muito menos programas de incentivo às atividades não agrícolas ou pagamentos diretos a famílias rurais que habitam regiões desfavorecidas”. Pelas constatações de Schneider (2005), o quadro não sofreu muitas mudanças até o presente momento.

preservação ambiental⁶. Estimular essa complementaridade poderia contribuir para se desconstruir o maniqueísmo político e ideológico entre o agrícola e o rural, entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre a produção para o mercado e para o autoprovisionamento dos agricultores, entre outros, porque o mais importante não é saber qual a atividade que gera mais renda ou qual produto é mais aceito pelos compradores, pois o essencial está em dominar conhecimentos que permitam aos agricultores e aos habitantes rurais lograrem sua reprodução e manterem-se como atores integrantes desse espaço por meio de mecanismos que sejam sustentáveis em todos os sentidos, independentemente de serem agrícolas ou não agrícolas.

Mesmo reconhecendo a grande relevância da pluriatividade, é importante ter em mente que ela não deve ser tomada como a grande panaceia que resolverá todos os problemas das famílias rurais. Segundo Anjos e Caldas (2004), não se pode desconsiderar que em vários casos a pluriatividade está associada aos problemas de sustentabilidade socioeconômica dos estabelecimentos familiares, à baixa qualidade e formalidade dos empregos não agrícolas e, em última instância, às estratégias meramente de sobrevivência das famílias. Ou seja, apesar de sua enorme importância para a melhoria das condições de vida, dada pelos fatores descritos anteriormente, os autores alertam que não é desejável que se considere a pluriatividade sempre como um fenômeno positivo per se⁷.

Tendo como referência tais contextos e relevâncias da agricultura familiar e da pluriatividade para o desenvolvimento sustentável, aliados ao fato de que os estudos sobre tais temas são absolutamente raros no Centro-Oeste brasileiro⁸, este texto foi elaborado com o objetivo de analisar algumas informações socioeconômicas importantes na região, no período 2001–2005, com base nas tabulações especiais dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Sempre que possível, as análises foram direcionadas, também, aos estados que integram a região e com a abertura para as áreas rural e urbana. É oportuno informar que, por uma questão de representatividade dos dados nas amostras da Pnad, não foi possível trabalhar com as informações desagregadas para o Distrito Federal.

Especificamente, pretende-se mostrar:

- O crescimento das famílias agrícolas e pluriativas da agricultura familiar.
- A evolução do número médio de pessoas nestas famílias.
- A evolução do número médio de pessoas ativas nestas famílias, ou seja, das pessoas que são classificadas como ativas no mercado de trabalho.
- O comportamento e a composição da renda familiar das famílias agrícolas e pluriativas da agricultura familiar.

Como este texto ainda é de caráter exploratório, espera-se que ele suscite a realização de pesquisas futuras, mais aprofundadas e com explicações precisas sobre os fenômenos apontados.

Procedimentos metodológicos

No presente estudo, o conceito de família adotado é o de família extensa. Ou seja, além da família nuclear, as famílias extensas agregam os parentes e os agregados que vivem no mesmo domicílio particular permanente⁹. Trata-se de uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um fundo comum de recursos monetários e não monetários.

O IBGE considera como domicílio o local de moradia, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

⁶ Também poderia ser inserida a articulação da pluriatividade com as políticas de reordenamento fundiário (assentamentos rurais da reforma agrária, crédito fundiário, entre outras).

⁷ Apesar do alerta, os autores filiam-se “à vertente de investigadores que apostam no potencial heurístico dessa categoria (a pluriatividade) como ferramenta válida e útil para compreender a natureza das transformações que atingem as estruturais sociais rurais contemporâneas” (ANJOS; CALDAS, 2004, p. 99-100).

⁸ Um raro exemplo é o trabalho de Oyamada et al. (2007), que teve o objetivo de analisar a pluriatividade presente na agricultura familiar numa comunidade do Município de Poconé, MT.

⁹ Para efeito de cálculo da renda familiar, foram excluídos os pensionistas (que pagam pensão ao responsável pelo domicílio), os empregados domésticos e seus parentes.

A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. (IBGE, 2004, p. 4).

Os domicílios podem ser classificados como coletivos ou particulares. Estes últimos são destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Domicílios particulares ainda são classificados em improvisados ou permanentes. Domicílios particulares permanentes são aqueles localizados em casas, apartamentos ou em cômodos e destinados a moradia (IBGE, 2004).

Para a classificação das famílias extensas, usou-se a tipologia de Silva e Del Grossi (2000), que classifica essas famílias segundo a posição na ocupação (empregadores, conta própria, empregados e autoconsumo) e o local do domicílio (urbano ou rural). De acordo com a atividade exercida por seus membros, na semana de referência da Pnad, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro, as famílias com pelo menos uma pessoa ocupada são classificadas em: agrícolas, não agrícolas ou pluriativas.

Famílias agrícolas – Foram consideradas famílias agrícolas aquelas em que todos os membros exerceram atividades na agricultura como ocupação principal na semana de referência.

Famílias não agrícolas – Aquelas em que nenhum dos seus membros exerce atividade agrícola.

Famílias pluriativas – São aquelas em que pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não agrícola.

Vale a pena reforçar que o interesse é analisar as famílias que têm relação (parcial ou exclusiva) com a agricultura (famílias extensas agrícolas e pluriativas). Por isso, os dados relativos às famílias não agrícolas não serão explorados.

Como integrantes da agricultura familiar, foram consideradas:

- As famílias (agrícolas e pluriativas) dos conta própria, que por definição são pessoas que trabalham explorando seu próprio empreendimento, sozinhas ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com a ajuda de trabalhador não remunerado.

- As famílias (agrícolas e pluriativas) dos empregadores com até dois empregados permanentes, que é um dos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para enquadramento dos agricultores. Por definição, empregadores são pessoas que trabalham explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

Portanto, o conjunto formado pelas famílias agrícolas e pluriativas dos conta própria e dos empregadores com até dois empregados permanentes constituem-se em boa *proxy* do que é a agricultura familiar¹⁰ no Centro-Oeste. Obviamente, pode estar havendo pequena superestimação pelo fato de que, com os dados da Pnad, não se consegue cobrir adequadamente os critérios de área¹¹ e de renda bruta anual¹², em decorrência das próprias limitações das informações.

No entanto, julga-se que isso não é empecilho para que se use a Pnad em estudos

¹⁰ Vale dizer que a Lei nº 11.322, a chamada Lei da Agricultura Familiar, de 24 de julho de 2006, reuniu quatro critérios básicos para definição da agricultura familiar: a área do estabelecimento agropecuário não pode ser maior do que quatro módulos fiscais; a mão de obra da própria família deve predominar nas atividades do estabelecimento agropecuário; a renda familiar predominantemente deve ser originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento agropecuário; a direção do estabelecimento agropecuário deve ser exercida pela própria família.

¹¹ Como foi salientado, para se enquadrar como familiar, o estabelecimento agropecuário tem que ter no máximo quatro módulos fiscais, que são definidos para cada município brasileiro. No caso do Centro-Oeste e dos seus estados e municípios, de acordo com o Incra o módulo fiscal pode variar de 5 ha a 110 ha. Por exemplo, em todo o Distrito Federal, o módulo fiscal é igual a 5 ha. Já nos outros estados, há variações importantes: em Goiás, o módulo fiscal varia de 7 ha a 80 ha; em Mato Grosso, a variação é de 30 ha a 100 ha; e em Mato Grosso do Sul, é de 15 ha a 110 ha.

¹² Para efeito de enquadramento no Pronaf, para ser agricultor familiar nos anos saíra 2004–2005 e 2005–2006, a renda bruta anual era de no máximo R\$ 60 mil (grupo E).

exploratórios sobre a agricultura familiar e a pluriatividade.

Análise dos dados

No Centro-Oeste, a análise dos dados sobre a agricultura familiar no período (2001–2005), com base na Pnad, será feita para os seguintes tópicos:

- Crescimento do número de famílias agrícolas e pluriativas.
- Evolução do número médio de pessoas e de pessoas ativas nas famílias agrícolas e pluriativas.
- Comportamento e composição da renda familiar das famílias agrícolas e pluriativas.

No entanto, antes da análise propriamente dita, será feita uma breve discussão sobre alguns indicadores relacionados às principais políticas públicas para a agricultura familiar na Região Centro-Oeste.

A mais antiga política é o Crédito Rural do Pronaf. Segundo dados da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no período (2001–2005), o número de contratos de financiamento do Pronaf no Centro-Oeste saltou de 31.205 para 56.837, ou seja, um crescimento de 82,1 %.

Em 2005, do total de contratos firmados pelos agricultores familiares da região, 0,4 % foram no Distrito Federal, 55,6% em Goiás, 11,2 % em Mato Grosso do Sul e 32,9 % em Mato Grosso.

Quanto ao montante do financiamento, o aumento real no período foi de 37,9 %, saindo de R\$ 324,1 milhões, em 2001, para R\$ 446,8 milhões, em 2005 (valores reais de 2006, corrigidos pela média anual do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas).

Em 2005, do montante total de recursos, 0,3 % foram aplicados no Distrito Federal, 52,5 %

em Goiás, 10,0 % em Mato Grosso do Sul e 37,2 % em Mato Grosso.

Mais interessante que essa evolução é observar a mudança na distribuição dos contratos e do montante do financiamento pelos grupos de agricultores familiares classificados pelo Pronaf.

Em 2001, para o total da Região Centro-Oeste, 50,0 % dos contratos e 71,9 % do total do financiamento estavam concentrados no Grupo A. Em 2005, a maior participação foi do Grupo D, que é de maior renda (44,1 % dos contratos e 44,9 % do valor dos financiamentos) (Tabelas 1 e 2). Em que pesem as novas categorias de agricultores familiares existentes neste ano, a maior alteração nas participações ocorreu em Mato Grosso.

No período considerado no presente texto, entre as políticas públicas mais recentes aparecem, com maior destaque, o PAA, o programa de biocombustíveis e a política de desenvolvimento territorial.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi lançado em julho de 2003, pelo governo federal (Lei 10.696/2003), como incentivo à agricultura familiar, por meio da remuneração adequada da produção, para recompor um estoque mínimo de segurança com os produtos da cesta básica e com a compra da produção nas principais regiões.

A compra de produtos da agricultura familiar é uma das principais ações estruturais do *Programa Fome Zero* e a reposição de estoques estratégicos de segurança alimentar pode ser feita pelas modalidades de compra direta e compra antecipada da produção, além da compra local de alimentos. Quanto ao Programa do Leite, este só é válido para a região do Semiárido brasileiro¹³.

No período 2003–2005, apenas nas modalidades operacionalizadas pela Conab, o PAA atendeu quase 10 mil agricultores familiares na Região Centro-Oeste, com R\$ 21,3 milhões. Os estados com maior participação foram Mato

¹³ Para maiores detalhes sobre essas modalidades de compra, bem como sobre sua regulamentação, consultar o site da Conab (www.conab.gov.br), além dos trabalhos de Balsadi (2004) e Schmitt (2005).

Tabela 1. Participação dos grupos de agricultores familiares no total de contratos e no montante do financiamento do Pronaf, na Região Centro-Oeste e em seus estados, em 2001.

Região Centro-Oeste	Grupos do Pronaf				
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Total Centro-Oeste					
Contratos (%)	50,0	0,2	15,1	34,7	100,0
Montante (%)	71,9	0,0	4,3	23,8	100,0
Distrito Federal					
Contratos (%)	3,3	-	2,2	94,5	100,0
Montante (%)	4,2	-	0,6	95,2	100,0
Goiás					
Contratos (%)	26,8	0,6	20,2	52,4	100,0
Montante (%)	51,4	0,1	7,2	41,3	100,0
Mato Grosso do Sul					
Contratos (%)	30,3	-	18,2	51,5	100,0
Montante (%)	52,0	-	6,3	41,7	100,0
Mato Grosso					
Contratos (%)	75,3	-	10,3	14,4	100,0
Montante (%)	88,5	-	2,3	9,2	100,0

Fonte: Brasil (2007a).

Grosso do Sul e o Distrito Federal, embora neste último, só em 2003 é que a atuação do programa foi relevante (Tabela 3). Pela participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários da região, certamente o PAA poderia atender a um público mais amplo.

Na questão do desenvolvimento territorial, são 11 territórios apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), também do MDA, que totalizam 148 municípios da Região Centro-Oeste (Tabela 4). Embora a política seja bastante recente, é importante que ela seja acompanhada, para se avaliar se, de fato, os territórios estão avançando em termos de se traçar programas e projetos comuns que viabilizem o desenvolvimento sustentável das regiões e dos municípios.

Finalmente, com relação ao programa dos biocombustíveis, vale dizer que uma das formas

encontradas pelo governo federal, para incentivar a compra de matérias-primas oriundas da agricultura familiar, foi a criação do Selo Combustível Social para as empresas processadoras, cujos principais benefícios são a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) e a participação nos leilões de biodiesel promovidos pela ANP.

O referido selo é emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aos produtores de biodiesel, que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e renda, para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf (BRASIL, 2007a).

Os dados da SAF/MDA para Mato Grosso mostram que várias empresas já fazem uso do referido incentivo fiscal. As cinco empresas que aderiram ao sistema de contrato do Selo

Tabela 2. Participação dos grupos de agricultores familiares no total de contratos e no montante do financiamento do Pronaf, na Região Centro-Oeste e em seus estados, em 2005.

Região Centro-Oeste	Grupos do Pronaf							Total
	S. E. ⁽¹⁾	Grupo A	Grupo A/C	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E	
Total Centro-Oeste								
Contratos (%)	5,8	9,5	8,3	0,3	25,3	44,1	6,7	100,0
Montante (%)	4,7	18,9	2,8	0,0	12,9	44,9	15,8	100,0
Distrito Federal								
Contratos (%)	5,4	2,7	-	-	14,8	77,1	-	100,0
Montante (%)	4,4	7,9	-	-	8,1	79,6	-	100,0
Goiás								
Contratos (%)	6,0	1,8	2,0	0,1	24,9	57,6	7,6	100,0
Montante (%)	4,8	4,0	0,7	0,0	13,5	58,9	18,1	100,0
Mato Grosso do Sul								
Contratos (%)	4,5	2,5	5,7	1,0	40,0	34,2	12,1	100,0
Montante (%)	3,4	6,1	2,4	0,2	26,3	34,7	26,9	100,0
Mato Grosso								
Contratos (%)	5,9	25,1	20,0	0,3	21,3	24,1	3,3	100,0
Montante (%)	5,0	43,3	5,9	0,0	8,5	27,6	9,7	100,0

⁽¹⁾ Exigibilidade bancária – sem enquadramento.

Fonte: Brasil (2007a).

Tabela 3. Evolução do PAA nas modalidades operacionalizadas pela Conab na Região Centro-Oeste e em seus estados (2003–2005).

Região Centro-Oeste	Agricultores familiares atendidos				Recursos (mil R\$)			
	2003	2004	2005	Total	2003	2004	2005	Total
Total do Centro-Oeste	5.603	1.608	2.656	9.867	12.337,50	3.386,09	5.538,35	21.261,95
Mato Grosso do Sul	940	1.438	476	2.854	2.042,98	3.058,67	1.210,97	6.312,62
Mato Grosso	644	144	1.482	2.270	1.813,83	262,59	2.851,09	4.927,51
Goiás	1.009	-	698	1.707	1.787,90	-	1.476,29	3.264,19
Distrito Federal	3.010	26	-	3.036	6.692,79	64,84	-	6.757,63

Fonte: Dados enviados por técnicos da Conab.

Combustível Social assinaram 631 contratos, beneficiando 13,8 mil agricultores familiares. Para esses agricultores, as estimativas de renda

gerada são da ordem de R\$ 13,7 milhões (Tabela 5). Os principais produtos usados na produção de biodiesel são a soja, a mamona e o girassol.

Tabela 4. Territórios apoiados pela SDT/MDA Região Centro-Oeste e em seus estados (2003–2005).

Dados dos territórios	Região Centro-Oeste				
	DF	GO	MS	MT	Total Centro-Oeste
Número de territórios	1	4	3	3	11
Nome	Das Águas Emendadas	Estrada de Ferro, Vale do Rio Vermelho, Médio Araguaia e Vale de São Patrício	Cone Sul, Da Reforma e Grande Dourados	Baixada Cuiabana, Baixo Araguaia e Portal da Amazônia	-
Quantidade de municípios	11	62	31	44	148

Fonte: Dados enviados por técnicos da Conab.

Tabela 5. Empresas com Selo Combustível Social para Compra de Biodiesel em Mato Grosso, em 2007.

Empresa	Contratos	Hectares	Renda gerada (R\$)	Oleaginosa
Agrosoja	16	1.156	1.329.400,00	Soja e girassol
Barra Álcool	123	2.750	2.843.375,00	Soja
Biobras	349	628	302.000,00	Soja e girassol
Brasil Ecodiesel	27	3.312	2.210.160,00	Mamona e girassol
Fiagril	116	6.000	7.000.000,00	Soja e girassol
Total	631	13.846	13.684.935,00	-

Fonte: Brasil (2007a).

Além dessas empresas, a Granol, em Anápolis, GO, e a Barra Álcool, em Barra do Bugre, MT, também já obtiveram o Selo Combustível Social, junto ao MDA. Mais sete empresas solicitaram o enquadramento social dos seus projetos de biodiesel para obter esse selo:

- Bionasa Combustível Natural S.A., em Porangatu, GO.
- Bionorte, em São Miguel do Araguaia, GO.
- Biocamp, em Campo Verde, MT.
- Bio Mundo, em Novo Mundo, MT.
- Bio Fischer, em Colíder, MT.
- Agrenco do Brasil S.A., em Rondonópolis, MT.
- Agrenco do Brasil S.A., em Maracaju, MS (BRASIL, 2007a).

Com isso, é de se esperar que aumente a participação dos agricultores familiares do Centro-Oeste, na venda de matérias-primas para produção de biodiesel.

Evolução do número de famílias agrícolas e pluriativas

A Tabela 6 mostra uma realidade favorável à agricultura familiar no período em questão. Com exceção das famílias pluriativas dos empregadores com até dois empregados permanentes com residência urbana (queda de 4,5 % a.a.) e das famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados permanentes com residência rural (queda de 4,3 % a.a.), em todas as demais situações houve aumento do número de famílias.

Tabela 6. Evolução das famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo e o local de domicílio na Região Centro-Oeste (2001–2005).

Tipo de família e local do domicílio	Ano					% a.a. ⁽¹⁾
	2001	2002	2003	2004	2005	
Total	310.174	347.475	352.656	355.887	346.954	2,8
Empregadora com até dois empregados permanentes	44.351	43.464	45.805	45.994	46.413	1,1
Agrícola	21.128	23.067	22.663	22.908	22.545	1,6
Pluriativo	23.223	20.397	23.142	23.086	23.868	0,7
Conta própria	265.823	304.011	306.851	309.893	300.541	3,1
Agrícola	159.254	179.563	182.014	176.313	180.930	3,2
Pluriativo	106.569	124.448	124.837	133.580	119.611	2,9
Urbano	100.026	120.156	117.009	127.567	112.846	3,1
Empregadora com até dois empregados permanentes	26.978	28.145	27.584	30.878	27.365	0,4
Agrícola	10.289	13.855	12.052	13.471	13.472	7,0
Pluriativo	16.689	14.290	15.532	17.407	13.893	-4,5
Conta própria	73.048	92.011	89.425	96.689	85.481	4,0
Agrícola	22.648	26.005	25.153	30.155	32.178	9,2
Pluriativo	50.400	66.006	64.272	66.534	53.303	1,4
Rural	210.148	227.319	235.647	228.320	234.108	2,7
Empregadora com até dois empregados permanentes	17.373	15.319	18.221	15.116	19.048	2,3
Agrícola	10.839	9.212	10.611	9.437	9.073	-4,3
Pluriativo	6.534	6.107	7.610	5.679	9.975	11,2
Conta própria	192.775	212.000	217.426	213.204	215.060	2,8
Agrícola	136.606	153.558	156.861	146.158	148.752	2,2
Pluriativo	56.169	58.442	60.565	67.046	66.308	4,2

⁽¹⁾Taxa geométrica de crescimento.

Fonte: IBGE (2006).

Em linhas gerais, os dados da Pnad permitem a visualização de quatro características importantes da agricultura familiar, no Centro-Oeste:

- Há um claro predomínio das famílias dos conta própria em relação aos empregadores. Em

2005, do total de 346.954 famílias, 300.541 eram de conta própria.

- Também há um predomínio das famílias rurais em relação às urbanas. Em 2005, 234.108 famílias eram rurais e 112.846 eram urbanas.

- Entre as famílias dos conta própria, a maior participação, com exceção das famílias urbanas, era das famílias agrícolas.

- Entre as famílias dos empregadores com até dois empregados permanentes eram relativamente próximas as participações das famílias agrícolas e das pluriativas.

Em relação ao peso da pluriatividade, vale dizer que, para o total da região, a participação das famílias pluriativas (de conta própria e de empregadores) foi de 41,4 %, em 2005, contra 41,8 %, em 2001, ou seja, um quadro de relativa estabilidade. Quando se olha para as situações urbana e rural, percebe-se que as participações foram de 67,1 % e 59,5 %, respectivamente, em 2001 e em 2005, para as famílias urbanas e 29,8 % e 32,6 % para as famílias rurais.

Assim, os dados apresentados permitem inferir sobre a relevância da pluriatividade para a agricultura familiar do Centro-Oeste, o que deve estar nos objetivos de fomento por parte das políticas públicas para a região, particularmente para as áreas rurais, onde ela pode crescer significativamente. Quando se olha para a Região Centro-Oeste, é possível perceber que, no geral, o cenário também foi relativamente favorável para a agricultura familiar.

Os dados da Tabela 7, relativos a Goiás, indicam que houve redução no número de famílias nas seguintes situações:

- Para as famílias pluriativas dos empregadores com residência urbana (6,5 % ao ano).

- Para as famílias agrícolas dos empregadores com residência rural (4,2 % ao ano).

- Para as famílias pluriativas dos conta própria com residência rural (7,5 % ao ano), que acabou por influenciar a queda de 1,6 % para o total das famílias, nessa situação.

Quanto às características mais importantes da agricultura familiar em Goiás, no tocante à evolução do número de famílias, o quadro é bastante semelhante ao descrito para o total do Centro-Oeste. A participação da pluriatividade (famílias pluriativas dos empregadores e dos

conta própria) no total do estado foi de 49,5 %, em 2001, e de 41,2 %, em 2005.

Olhando-se os dados por local de moradia, observa-se que esse item foi mais elevado nas famílias urbanas (67,3 % e 62,4 %, respectivamente, em 2001 e em 2005) do que nas famílias rurais (39,7 % e 29,0 %, respectivamente, no mesmo período). Ou seja, em Goiás, esse quadro foi de perda de participação relativa das famílias pluriativas em relação às agrícolas.

Em Mato Grosso, só houve dois casos de queda do número de famílias pertencentes à agricultura familiar que tiveram impacto nos números globais do estado:

- -3,8 % a.a. para as famílias pluriativas dos empregadores com residência urbana (que influenciou a queda de 1,3 % no total das famílias empregadoras urbanas e de 0,3 % no total do estado).

- -9,2 % a.a. para as famílias agrícolas dos empregadores com residência rural (que influenciou as quedas de 3,2 % e 0,3 % no total de famílias agrícola e total, respectivamente, do estado).

Assim, pelos dados expostos, a situação das famílias agrícolas e pluriativas dos conta própria foi bem mais favorável (Tabela 8).

Quanto à presença da pluriatividade, esta foi de 33,2 % e de 35,2 %, respectivamente, em 2001 e em 2005. Nas áreas urbanas, o comportamento foi de queda, embora os valores estejam em patamar superior, 62,5 % e 56,0 % nos anos em questão. Já nas áreas rurais do estado, o cenário foi de crescimento de 21,7 % para 27,6 %, no período, com índices entre 17,5 % e 9,9 % a.a. respectivamente, verificados para as famílias pluriativas dos empregadores e dos conta própria.

Em Mato Grosso do Sul, observa-se um quadro bastante favorável para a agricultura familiar, ao menos em termos do número de famílias. Só houve redução em duas situações: -5,8 % a.a. para as famílias pluriativas de conta própria com residência urbana; e -2,3 % a.a. para as famílias agrícolas de

Tabela 7. Evolução das famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo e o local de domicílio em Goiás (2001–2005).

Tipo de família e local do domicílio	Ano					% a.a. ⁽¹⁾
	2001	2002	2003	2004	2005	
Total	100.515	118.578	121.504	132.781	115.503	3,5
Empregadora com até dois empregados permanentes	18.543	19.707	21.665	21.388	19.927	1,8
Agrícola	9.761	10.355	10.831	10.694	10.810	2,6
Pluriativo	8.782	9.352	10.834	10.694	9.117	0,9
Conta própria	81.972	98.871	99.839	111.393	95.576	3,9
Agrícola	40.991	53.110	53.814	58.968	57.080	8,6
Pluriativo	40.981	45.761	46.025	52.425	38.496	-1,6
Urbano	35.785	43.420	42.305	54.846	42.210	4,2
Empregadora com até dois empregados permanentes	10.738	14.028	11.510	15.868	11.143	0,9
Agrícola	4.556	7.014	4.739	6.554	6.417	8,9
Pluriativo	6.182	7.014	6.771	9.314	4.726	-6,5
Conta própria	25.047	29.392	30.795	38.978	31.067	5,5
Agrícola	7.156	8.350	8.122	11.036	9.459	7,2
Pluriativo	17.891	21.042	22.673	27.942	21.608	4,8
Rural	64.730	75.158	79.199	77.935	73.293	3,2
Empregadora com até dois empregados permanentes	7.805	5.679	10.155	5.520	8.784	3,0
Agrícola	5.205	3.341	6.092	4.140	4.393	-4,2
Pluriativo	2.600	2.338	4.063	1.380	4.391	14,0
Conta própria	56.925	69.479	69.044	72.415	64.509	3,2
Agrícola	33.835	44.760	45.692	47.932	47.621	8,9
Pluriativo	23.090	24.719	23.352	24.483	16.888	-7,5

⁽¹⁾Taxa geométrica de crescimento.

Fonte: IBGE (2006).

conta própria com residência rural. Para as demais, o desempenho foi positivo (Tabela 9).

Quanto à pluriatividade, sua presença foi de 44,8 % e de 46,1 %, respectivamente, nos anos de 2001 e de 2005. Nas áreas urbanas, o comportamento foi de queda, embora os valo-

res estejam em patamar mais elevado, 66,7 % e 53,7 % no período em questão. Já nas áreas rurais, o cenário foi de crescimento no período, de 32,0 % para 41,6 %, principalmente pelo crescimento de 10,8 % a. a., verificado para as famílias pluriativas dos conta própria.

Tabela 8. Evolução das famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo e o local de domicílio em Mato Grosso (2001–2005).

Tipo de família e local do domicílio	Ano					% a.a. ⁽¹⁾
	2001	2002	2003	2004	2005	
Total	98.516	112.011	126.878	109.222	112.907	3,5
Empregadora com até dois empregados permanentes	9.053	9.584	9.518	6.930	8.939	-0,3
Agrícola	4.526	6.279	5.076	2.640	3.972	-3,2
Pluriativo	4.527	3.305	4.442	4.290	4.967	2,3
Conta própria	89.463	102.427	117.360	102.292	103.968	3,8
Agrícola	61.265	72.692	81.523	65.666	69.206	3,1
Pluriativo	28.198	29.735	35.837	36.626	34.762	5,4
Urbano	27.849	31.718	36.478	32.998	30.129	2,0
Empregadora com até dois empregados permanentes	5.571	4.954	6.346	4.290	5.297	-1,3
Agrícola	2.088	2.642	3.173	1.320	2.317	2,6
Pluriativo	3.483	2.312	3.173	2.970	2.980	-3,8
Conta própria	22.278	26.764	30.132	28.708	24.832	2,8
Agrícola	8.353	8.592	9.517	8.580	10.926	6,9
Pluriativo	13.925	18.172	20.615	20.128	13.906	0,0
Rural	70.667	80.293	90.400	76.224	82.778	4,0
Empregadora com até dois empregados permanentes	3.482	4.630	3.172	2.640	3.642	1,1
Agrícola	2.438	3.637	1.903	1.320	1.655	-9,2
Pluriativo	1.044	993	1.269	1.320	1.987	17,5
Conta própria	67.185	75.663	87.228	73.584	79.136	4,2
Agrícola	52.912	64.100	72.006	57.086	58.280	2,4
Pluriativo	14.273	11.563	15.222	16.498	20.856	9,9

⁽¹⁾Taxa geométrica de crescimento.

Fonte: IBGE (2006).

Evolução do número de pessoas e do número de pessoas ativas por família

Neste item, foi possível apenas apresentar os dados para o total da região Centro-Oeste e estados, sem a abertura rural e urbano. Podem-se perceber três evidências importantes:

- A tendência no período 2001–2005 foi de redução do número de pessoas por família, com algumas exceções, mas não foi um cenário de reduções muito bruscas.
- O número de pessoas por família agrícola é sempre menor do que o número por família

Tabela 9. Evolução das famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo e o local de domicílio em Mato Grosso do Sul (2001–2005).

Tipo de família e local do domicílio	Ano					% a.a. ⁽¹⁾
	2001	2002	2003	2004	2005	
Total	49.626	50.219	48.992	51.515	55.531	2,9
Empregadora com até dois empregados permanentes	8.701	7.487	7.787	8.329	10.799	5,5
Agrícola	3.867	3.119	3.894	5.246	4.939	6,3
Pluriativo	4.834	4.368	3.893	3.083	5.860	4,9
Conta própria	40.925	42.732	41.205	43.186	44.732	2,2
Agrícola	23.523	20.586	20.771	23.756	24.990	1,5
Pluriativo	17.402	22.146	20.434	19.430	19.742	3,2
Urbano	18.372	22.771	20.766	19.743	20.668	3,0
Empregadora com até dois empregados permanentes	5.801	4.679	4.869	4.934	6.790	4,0
Agrícola	2.578	2.183	2.598	3.085	2.780	1,9
Pluriativo	3.223	2.496	2.271	1.849	4.010	5,6
Conta Própria	12.571	18.092	15.897	14.809	13.878	2,5
Agrícola	3.547	4.367	4.869	6.170	6.784	17,6
Pluriativo	9.024	13.725	11.028	8.639	7.094	-5,8
Rural	31.254	27.448	28.226	31.772	34.863	2,8
Empregadora com até dois empregados permanentes	2.900	2.808	2.918	3.395	4.009	8,4
Agrícola	1.289	936	1.296	2.161	2.159	13,8
Pluriativo	1.611	1.872	1.622	1.234	1.850	3,5
Conta própria	28.354	24.640	25.308	28.377	30.854	2,1
Agrícola	19.976	16.219	15.902	17.586	18.206	-2,3
Pluriativo	8.378	8.421	9.406	10.791	12.648	10,8

⁽¹⁾Taxa geométrica de crescimento.

Fonte: IBGE (2006).

pluriativa (tanto em termos de região e estados dessa região quanto dos tipos de famílias), embora deva ser dito que o comportamento no período foi mais favorável para as primeiras.

- O número de pessoas por família (tanto agrícolas quanto pluriativas) é quase sempre

maior nas famílias de conta própria do que nas de empregadores (Tabela 10).

Pode-se observar que, no geral, não houve alterações muito significativas no número de pessoas ativas por tipo de família na Região Centro-Oeste. Em decorrência, nota-se que o

número de pessoas ativas por família agrícola é sempre menor do que o número por família pluriativa em todas as situações.

Embora com amplitude menor do que a observada para o número de pessoas por família, nesse caso, verifica-se também uma tendência de maior número de pessoas ativas nas famílias de conta própria em comparação com as famílias de empregadores.

No Centro-Oeste, os resultados obtidos corroboram as mesmas tendências observadas por Schneider et al. (2006) e por Anjos e Caldas (2006) em seus estudos sobre pluriatividade e agricultura familiar nas principais regiões do Rio Grande do Sul. Ou seja, o fato de as famílias plu-

riativas terem sempre maior número de membros do que as famílias agrícolas explica a maior ou menor incidência do fenômeno da pluriatividade no interior dessas famílias.

Evolução e composição da renda familiar

Com relação à evolução da renda familiar, talvez o traço mais marcante no Centro-Oeste, no período 2001–2005, foi o importante ganho real para as famílias agrícolas e a queda quase que generalizada da renda das famílias pluriativas (exceção à regra foram as famílias pluriativas dos conta própria com residência rural), conforme mostra a Tabela 11.

Tabela 10. Evolução do número médio de pessoas nas famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo na Região Centro-Oeste e nos estados dessa região (2001–2005).

Tipo de família	Número médio de pessoas							
	Centro-Oeste		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
	2001	2005	2001	2005	2001	2005	2001	2005
Empregadora com até dois empregados permanentes								
Agrícola	2,9	2,9	2,9	3,0	2,6	2,9	3,3	2,7
Pluriativo	4,1	3,6	3,6	3,4	4,2	3,9	4,3	3,6
Conta própria								
Agrícola	3,4	3,3	2,9	3,0	3,5	3,2	3,4	3,5
Pluriativo	4,5	4,3	4,1	3,9	4,6	4,5	4,4	3,9

Tipo de família	Número médio de pessoas ativas							
	Centro-Oeste		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
	2001	2005	2001	2005	2001	2005	2001	2005
Empregadora com até dois empregados permanentes								
Agrícola	1,2	1,3	1,2	1,4	1,4	1,3	1,2	1,3
Pluriativo	2,5	2,3	2,4	2,1	2,4	2,7	2,6	2,1
Conta própria								
Agrícola	1,7	1,6	1,4	1,5	2,0	1,8	1,5	1,5
Pluriativo	2,9	2,7	2,6	2,7	3,0	2,9	2,9	2,3

Fonte: IBGE (2006).

Tabela 11. Evolução da renda média⁽¹⁾ dos tipos de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo e o local de residência, na Região Centro-Oeste (2001–2005).

Tipo de família e local do domicílio	Evolução da renda média (R\$) (2005)							
	Centro-Oeste		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
	2001	2005	2001	2005	2001	2005	2001	2005
Total								
Empregadora com até dois empregados permanentes								
Agrícola	2.593,27	2.957,36	2.382,55	3.406,60	3.234,15	3.056,50	2.731,09	2.277,18
Pluriativo	4.699,83	3.259,71	5.551,43	3.047,82	6.375,01	3.228,12	3.582,57	3.299,45
Conta própria								
Agrícola	592,70	756,07	723,65	862,20	536,01	720,32	693,32	759,04
Pluriativo	1.428,12	1.320,26	1.548,94	1.239,45	1.285,89	1.660,17	1.496,07	1.071,58
Urbano								
Empregadora com até dois empregados permanentes								
Agrícola	2.956,34	2.806,09	2.147,67	2.873,03	4.989,94	3.430,43	3.081,02	2.136,61
Pluriativo	5.642,82	4.267,37	6.853,30	4.493,62	7.319,67	3.917,52	4.443,94	4.266,63
Conta própria								
Agrícola	1.065,49	1.108,62	1.205,15	1.131,62	1.068,49	1.163,65	997,76	1.172,82
Pluriativo	1.927,45	1.500,04	2.291,00	1.237,32	1.653,43	2.205,10	1.974,87	890,48
Rural								
Empregadora com até dois empregados permanentes								
Agrícola	2.255,79	3.186,89	2.588,15	4.250,97	1.730,41	2.533,00	2.031,24	2.458,18
Pluriativo	2.316,45	1.952,64	2.200,35	1.603,01	3.538,32	2.194,20	2.031,47	1.525,08
Conta própria								
Agrícola	519,36	678,92	622,30	807,91	457,41	636,74	649,11	599,44
Pluriativo	986,11	1.176,29	975,39	1.242,14	927,77	1.314,15	998,81	1.178,38

⁽¹⁾Renda média familiar obtida em setembro de cada ano.

Fonte: IBGE (2006).

Esse fato mereceria uma análise mais aprofundada para se saber quais os fatores determinantes do comportamento verificado. Como é sabido, o período em questão foi muito favorável para as commodities internacionais, como a soja, o algodão

e o milho, nas quais a participação da Região Centro-Oeste na produção é muito significativa. Isso pode ter afetado a evolução da renda familiar.

É possível perceber que a renda das famílias pluriativas era quase sempre bastante

superior à renda das famílias agrícolas. Isso está de acordo com as observações de Schneider (2005), já comentadas, de que a pluriatividade é fundamental para:

- Elevar e estabilizar a renda familiar.
- Reduzir a sazonalidade dos ingressos.
- Diversificar as fontes de renda familiar.
- Contribuir para a geração de empregos agrícolas e não agrícolas.

Outra observação é que, para o mesmo tipo de família, a renda das famílias dos empregadores com até dois empregados é muito maior do que a renda das famílias dos conta própria.

Quanto à composição da renda das famílias, constatou-se que, em 2005, a renda agrícola do Centro-Oeste respondeu por 88,2 % da renda das famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados permanentes, seguida pela renda das aposentadorias e pensões (9,3 %) e pelas outras fontes de renda não agrícola (2,5 %).

Olhando-se para as situações de moradia, nota-se que, para as famílias urbanas, as participações dos tipos de renda foram bem próximas ao total da região e que, para as famílias rurais, a renda agrícola ganhou ainda mais preponderância, pois respondeu por 95,6 % da renda familiar (Tabela 12).

Quando se analisam as famílias agrícolas dos conta própria, além do maior peso da renda agrícola (cerca de 70,0 %, em média), a importância das aposentadorias e das pensões na composição da renda familiar chama a atenção:

- 24,2 % para o total da região.
- 21,1 % para as famílias urbanas.
- 25,3 % para as rurais.

Ou seja, quase um quarto da renda desse segmento da agricultura familiar do Centro-Oeste é derivado da Previdência Social, evidenciando a importância dessa política de caráter universal para essa parcela da população.

Como era de se esperar, nas famílias pluriativas a renda não agrícola que não é oriunda

das aposentadorias e de pensões nem das outras fontes de renda (juros, aluguel e transferência direta de renda) ganha bastante significado.

Em 2005, no Centro-Oeste, 35,6 % da renda das famílias pluriativas dos empregadores foi proveniente da renda não agrícola. Para as famílias urbanas, o percentual foi um pouco maior, 39,3 %, e para as famílias rurais, foi um pouco menor, 25,0 %, pois para elas ganhou mais relevância a participação das aposentadorias e pensões (17,7 %).

Para as famílias pluriativas dos conta própria, as participações da renda não agrícola no total da renda familiar foram de 37,9 % para o total da região, 43,8 % para as famílias urbanas (superando a renda agrícola, que foi de 42,3 %) e 31,8 % para as famílias rurais.

Somando-se todas as rendas não agrícolas das famílias dos conta própria, percebe-se que, para o total da região e para as famílias com residência urbana, elas superaram a renda agrícola, em 2005. Para as famílias rurais, elas representaram 44,4 % da renda familiar total. Aliás, esse valor foi bem próximo ao verificado para as participações das rendas não agrícolas no total da renda familiar dos empregadores com até dois empregados permanentes.

Em relação a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul, os dados têm suas especificidades em relação ao quadro do Centro-Oeste. Contudo, em linhas gerais, apresentam comportamentos bem parecidos. Uma característica que poderia ser destacada é a tendência das rendas agrícolas terem participações mais elevadas na composição da renda familiar em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul do que as observadas para a média regional.

Considerações finais

Este trabalho trata da agricultura familiar e a pluriatividade na Região Centro-Oeste, no período (2001–2005). Entre os principais resultados, podem ser destacados:

- No período em questão, o quadro foi relativamente favorável para a agricultura familiar,

Tabela 12. Composição da renda média mensal dos tipos de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo e o local de residência no Centro-Oeste e nos estados dessa região, em 2005.

Tipo de família e local do domicílio	Centro-Oeste				Goiás				Mato Grosso				Mato Grosso do Sul			
	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)
Total																
Empregadora com até dois empregados permanentes																
Agrícola	88,2	0,0	9,3	2,5	88,2	0,0	9,4	2,4	89,0	0,0	9,4	1,5	95,0	0,0	4,0	1,1
Pluriativo	56,2	35,6	6,2	2,0	57,1	35,3	4,1	3,6	65,0	31,5	3,1	0,4	66,0	31,2	2,8	0,0
Conta própria																
Agrícola	69,7	0,0	24,2	6,1	73,5	0,0	22,1	4,4	72,2	0,0	22,2	5,5	66,2	0,0	22,6	11,2
Pluriativo	48,9	37,9	8,6	4,6	48,7	38,5	8,5	4,4	53,2	36,4	6,5	3,9	51,4	34,1	7,7	6,7
Urbano																
Empregadora com até dois empregados permanentes																
Agrícola	82,7	0,0	14,3	2,9	79,0	0,0	17,6	3,4	88,7	0,0	10,7	0,6	93,6	0,0	4,4	2,1
Pluriativo	56,4	39,3	2,1	2,1	56,8	38,1	0,5	4,6	63,2	35,9	0,9	0,0	64,4	32,9	2,7	0,0
Conta própria																
Agrícola	74,4	0,0	21,1	4,5	82,6	0,0	16,7	0,6	75,3	0,0	22,2	2,5	63,4	0,0	22,9	13,7
Pluriativo	42,3	43,8	7,8	6,0	43,8	45,5	5,2	5,4	45,8	40,3	7,1	6,9	38,9	41,4	8,8	10,9

Continua...

Tabela 12. Continuação.

Tipo de família e local do domicílio	Centro-Oeste				Goiás				Mato Grosso				Mato Grosso do Sul			
	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)	Agr (%)	NAgr (%)	Ap./Pen (%)	OFon (%)
Rural																
Empregadora com até dois empregados permanentes																
Agrícola	95,6	0,0	2,6	1,9	98,0	0,0	0,6	1,4	89,7	0,0	7,1	3,2	96,5	0,0	3,5	0,0
Pluriativo	55,6	25,0	17,7	1,7	57,8	27,5	14,1	0,6	69,8	19,6	9,1	1,5	74,3	22,4	3,3	0,0
Conta própria																
Agrícola	68,0	0,0	25,3	6,7	70,9	0,0	23,6	5,5	71,2	0,0	22,3	6,6	68,2	0,0	22,4	9,3
Pluriativo	55,6	31,8	9,4	3,2	54,8	29,7	12,5	3,1	61,1	32,3	5,9	0,6	56,9	30,9	7,3	4,9

Agr = renda agrícola.

NAgr = renda não agrícola.

Ap./Pen = renda de aposentadorias e pensões.

OFon = outras fontes de renda.

Fonte: IBGE (2006).

em termos do aumento do número de famílias agrícolas e pluriativas.

- A pluriatividade foi bastante relevante nas estratégias de reprodução, pois estava presente em mais de 40,0 % do total das famílias (com variações estaduais). É importante informar que essa pluriatividade esteve muito mais presente nas famílias urbanas do que nas rurais, fato que deveria ser mais bem observado pelos formuladores de políticas públicas interessados no desenvolvimento rural.

- No período analisado, houve pequena redução do número médio de pessoas por família, sendo que nas famílias pluriativas o número de pessoas e de pessoas ativas foi sempre maior que nas famílias agrícolas.

- No comportamento da renda familiar, o traço mais marcante foi o ganho real para as famílias agrícolas e a queda quase que generalizada da renda das famílias pluriativas. Apesar disso, a renda destas continuou bastante superior à observada para as famílias com dedicação exclusiva à agricultura.

- Na composição da renda familiar, destaca-se para a participação das rendas não agrícolas para as famílias pluriativas (em alguns casos superou a renda agrícola) e para a participação das aposentadorias e pensões para as famílias dos “conta própria” (agrícolas e pluriativas).

Pelo exposto, pode-se dizer que as políticas públicas obterão mais sucesso se, além de propiciarem melhor inserção dos agricultores familiares nos mercados agrícola e pecuário, derem o devido valor ao papel da pluriatividade nas estratégias de reprodução das famílias e propiciarem as complementaridades necessárias com os benefícios da Previdência Social e dos programas de transferência direta de renda, potencializando as chances de um real desenvolvimento sustentável.

Como este trabalho tem caráter exploratório, algumas questões evidenciadas pela análise

dos dados da Pnad poderiam ser objeto de futuras pesquisas, tanto as que usam dados secundários quanto as desenvolvidas em campo. Algumas dessas questões merecem destaque:

- Quais as similaridades e as diferenças do presente trabalho com os estudos já realizados para as regiões Nordeste e Sul, tradicionalmente os principais focos de atenção quando o tema é agricultura familiar e pluriatividade?

- Quais os motivos e os fatores explicativos da queda da renda das famílias pluriativas?

- Como foi a evolução das principais políticas para a agricultura familiar na Região Centro-Oeste (Pronaf, PAA, programa do biodiesel, desenvolvimento territorial, Ater)¹⁴?

- Quais seus reais efeitos sobre o aumento do número de famílias agrícolas e pluriativas?

Com a publicação dos dados do *Censo Agropecuário 2006*, estas e outras questões relativas à agricultura familiar e à pluriatividade no Centro-Oeste ser abordadas com mais profundidade, sobretudo se especialistas tiverem feito pesquisas de campo nessas áreas, tão relevantes para o desenvolvimento rural.

Referências

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003. 374 p.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Ed.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa, 2004. v. 7, p. 71-105.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 186-212.

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais**. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

¹⁴ Vale a pena ressaltar a necessidade de pesquisas que tratem das políticas em seu conjunto, com suas inter-relações e sinergias, pois o mais comum é a realização de estudos específicos para uma determinada política para a agricultura familiar, sendo o Pronaf, de longe, o programa mais analisado e avaliado.

- BALSADI, O. V. O Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar em 2003. **Cadernos do Ceam**, Brasília, DF, v. 4, n. 14, p. 51-71, ago. 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Biodiesel no Brasil**: resultados socioeconômicos e expectativa futura. Brasília, DF: MDA, 2007a. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf>. Acesso em: 4 jul. 2007a.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura familiar: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 165-185.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2004. v. 24, 27 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001–2005**. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD-Rom.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 147-183, 2000.
- NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. 241 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- OYAMADA, G. C.; PEREIRA, B. D.; ZAVALA, A. Z.; SILVA, G. R.; FARIA, A. M. Agricultura familiar e pluriatividade: estudo de caso na comunidade Carrijo Poconé (MT). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sober, 2007. 1 CD-Rom.
- SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 14, n. 2, p. 78-88, abr./mai./jun. 2005.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.
- SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília, DF. **Relatório...** Brasília, DF: MDA: CONDRAF, 2005. 23 p.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; CASTILHO E SILVA, C. B. de. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. p. 137-164.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. 28 p. (Coleção Pesquisas, 1).
- SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. **A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90**. Campinas: Unicamp: Projeto Rurbano, 2000. 19 p. Mimeografado.
-